

Supremo tem maioria para suspender piso da enfermagem

Dos 11 ministros, sete acompanharam o relator Luis Roberto Barroso, enquanto três defendem o cumprimento da lei

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou ontem para manter a decisão do ministro Luís Roberto Barroso que suspendeu o piso salarial da enfermagem.

O julgamento virtual continua até hoje. Com os votos dos ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux, a maioria foi formada (7 votos a 3) pela suspensão. Falta apenas o voto da presidente, Rosa Weber. O julgamento virtual começou na sexta-feira (9).

No dia 4 de setembro, Barroso atendeu pedido de liminar feito pela CNSAúde (Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços) e concedeu prazo de 60 dias para que os envolvidos na questão possam encontrar soluções para garantir o pagamento.

Após a decisão, o caso foi levado à referendo dos demais ministros da Corte no plenário virtual, modalidade de votação na qual os votos são inseridos em um sistema eletrônico e não há deliberação presencial.

Além de Barroso, os ministros Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gil-

mar Mendes e Luiz Fux votaram para manter a suspensão. Os ministros Nunes Marques, André Mendonça e Edson Fachin foram a favor da derrubada da liminar. Até ser finalizada hoje, os ministros que já votaram podem mudar de posição. Sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), a lei 14.434/2022 instituiu o piso salarial nacional para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras.

Para enfermeiros, o piso previsto é de R\$ 4.750. Para técnicos, o valor corresponde a 70% do piso, enquanto auxiliares e parteiras terão direito a 50%.

Na semana passada, Barroso afirmou que a decisão foi tomada porque é preciso uma fonte de recursos para viabilizar o pagamento do piso salarial. O ministro disse que é favor do piso salarial da enfermagem, mas aceitou a suspensão diante do risco de descumprimento imediato da lei.

Segundo o ministro, hospitais particulares estavam realizando demissões por antecipação. Além disso, obras sociais, santas casas e prefeituras relataram que não têm recursos para



BARROSO. Ministro do STF deu prazo de 60 dias para entes apresentarem fórmula para pagamento

fazer o pagamento do piso.

GRANDE ABC

De acordo com dados disponibilizados pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios), o Grande ABC terá impacto anual de R\$ 47,1 milhões (R\$ 3,9 milhões ao mês) nos cofres públicos. A região conta com 52.418 trabalhadores com registro junto ao Coren-SP, conselho regional da categoria. (da ABR)



CUSTO OPERACIONAL

	Total empregados na enfermagem	Impacto (Anual) (em R\$)
Santo André	14.380	6.942.159,08
São Bernardo	15.152	6.565.191,90
São Caetano	2.362	4.364.224,42
Diadema	8.109	10.967.369,52
Mauá	9.281	6.817.333,14
Ribeirão Pires	2.301	10.710.699,50
Rio Grande da Serra	833	816.884,08
GRANDE ABC	52.418	47.183.861,64
ESTADO	697.412	1.269.472.917,34

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios - Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Agostinho, Editora de Ana

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3